

Brasília-DF, 08 de dezembro de 2025

CONGRESSO IPEATRA 2025

O TRABALHO NO MUNDO PLATAFORMIZADO: CONTRIBUTOS DO IPEATRA

FORTEALECIMENTO SINDICAL E PEJOTIZAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO DOS INFORMAIS

RODA DE CONVERSA

JOSÉ REGINALDO
PRESIDENTE CNTI

JOSÉ EYMARD
ESCRITÓRIO LBS/CUT

CLEBER LÚCIO
TRT3

JOÃO BATISTA
TRT 15

FRANCISCO GÉRSON
MPT

12/DEZ 16:15h

EVENTO TRANSMITIDO PELO CANAL YOUTUBE IPEATRA INSTITUTO

IPEATRA

<https://www.sympla.com.br/evento/congresso-ipeatra-2025-o-trabalho-no-mundo-plataformizado/3222686>

Juiz suspende venda de quatro usinas da Cemig



Foto: Cemig

A Justiça de Minas Gerais suspendeu nesta quinta-feira a venda de quatro usinas hidrelétricas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), ao considerar que o processo de privatização não pode

avancar sem a realização de um referendo popular. A decisão atende a uma ação da **Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Minas Gerais (FTIUEMG)**, presidida por **Eduardo Armond Cortes de Araujo**, que questiona a legalidade da operação e defende que a alienação de patrimônio público exige autorização direta da população.

A liminar impede a venda das usinas de Marmelos, Martins, Sinceridade e da PCH Machado. Na decisão, o juiz ressaltou que a Constituição mineira prevê consulta popular para a negociação de ativos estratégicos do Estado, especialmente aqueles ligados a serviços essenciais, como a geração de energia. Segundo o magistrado, a ausência do referendo compromete a legitimidade do processo e impede sua continuidade até que a exigência constitucional seja atendida.

Com a suspensão, o governo estadual e a Cemig ficam temporariamente impedidos de concluir a operação, que só poderá prosseguir mediante manifestação popular ou nova deliberação judicial. A medida reacende o debate sobre o futuro do setor elétrico em Minas Gerais e reforça a necessidade de ampliar a participação social em processos de desestatização considerados sensíveis ao interesse público e à economia estadual.

[Clique aqui e confira a Liminar](#)

Marinho pede debate sobre escala 6x1 e financiamento de sindicatos

Ministro participou da Conferência Nacional do Trabalho



© Fabio Rodrigues-Pozzebom / Agência Brasil

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta quinta-feira (4) da abertura da Etapa São Paulo da II Conferência Nacional do Trabalho (II CNT), na capital paulista. No evento, ele citou a necessidade de debater temas como o financiamento

Brasília-DF, 08 de dezembro de 2025

dos sindicatos e o fim da escala 6 por 1, que prevê seis dias de trabalho e um de descanso semanais.

“Que vocês tirem daqui uma bela contribuição para a conferência nacional e que a gente possa, a partir do entendimento, enfrentar problemas que a sociedade nos pede como o fim da 6 por 1”, disse o ministro.

“Eu sempre sou da ideia de que o parlamento deve pensar as legislações, mas sempre deixar um espaço para a mesa de negociação. Sindicatos, trabalhadores, empregadores para construir a relação do dia-a-dia”, declarou.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga está em análise no Congresso Nacional.

O ministro defendeu ainda que é preciso garantir condições financeiras aos sindicatos para que possam atuar em defesa dos trabalhadores.

“Eu preciso que a bancada empresarial ajude no debate com o parlamento para reconstituir o direito dos sindicatos dos trabalhadores de poder sustentar financeiramente, decentemente, para representar o segmento dos trabalhadores.”

Segundo Marinho, essa é uma questão importante, porque é difícil que os sindicatos consigam representar bem as categorias de trabalhadores se não tiverem condições.

O ministro ressaltou que há atualmente um processo acelerado de transformação do mercado de trabalho a partir da inteligência artificial.

“Portanto, nós temos desafios imensos de qualificar e capacitar a nossa mão de obra, capacitar as nossas mentes para entender, interpretar e atuar para evitar os vários problemas que podemos ter”, disse.

Realizado na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, o evento reuniu representantes de trabalhadores, empregadores e governo para debater desafios e prioridades do mundo do trabalho no estado. As propostas aprovadas serão encaminhadas para a etapa nacional da conferência, prevista para ocorrer em março de 2026, também em São Paulo.

Mercado de trabalho

O Diagnóstico do Trabalho Decente de São Paulo, divulgado pela pasta, mostra um mercado de trabalho com formalização de 70,8%, acima da média nacional. Ainda assim, 7,1 milhões de pessoas seguem na informalidade.

A taxa de desocupação é de 5,1%, chegando a 8,1% entre jovens (18 a 29 anos).

Os dados mostram que o rendimento médio estadual (R\$ 4.170) supera o nacional, mas persistem desigualdades: mulheres ganham 77% do rendimento dos homens, e pessoas negras, 61,5% do recebido por pessoas brancas. O relatório também registra 197,5 mil crianças e adolescentes em trabalho infantil e a necessidade de ampliar políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar.

“Tem o tema da igualdade. A igualdade de oportunidades, a igualdade salarial, mas não somente de salário. Eu sei que há um esforço das empresas em dar oportunidade cada vez mais. Mas tudo que nós fizemos até agora, é totalmente insuficiente para as necessidades”, concluiu o ministro. “Nós precisamos de mais mulheres nas direções das empresas, das entidades”, acrescentou.

Ele mencionou que, se há na sociedade mais mulheres que homens, não se explica ter mais homens nas várias representações. “Mas não é por decreto. É por consciência, é por construção e essa construção deve ser coletiva.”

O ministro comentou ainda a questão da violência contra a mulher, que teve repercussão recente devido aos casos ocorridos na capital paulista.

“Nós podemos nos nossos ambientes provocar debates que levem ao amadurecimento de homens e mulheres, em especial dos homens. Porque, se é feminicídio significa mulheres sendo agredidas pelos homens. E muitas vezes no ambiente familiar”, destacou.

Fonte: Agência Brasil

Senado estuda pautar tempo máximo de mandato no STF

Parlamentares articulam mudanças na Lei do Impeachment e discutem PEC que altera regras para futuros ministros do STF



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

A mobilização no Senado para responder à recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que

Brasília-DF, 08 de dezembro de 2025

limitou a abertura de processos contra ministros da Corte, abriu espaço para um pacote de mudanças que envolve alterações na legislação e na Constituição. As informações são da CNN Brasil.

O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), assumiu a linha de frente das negociações com líderes partidários após a liminar expedida por Gilmar Mendes. A decisão do ministro, tomada nesta quarta-feira e ainda pendente de análise no plenário virtual do STF, impulsionou a retomada do projeto de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que propõe uma revisão ampla da Lei do Impeachment, em vigor desde 1950.

A intenção dos senadores é votar a matéria antes do recesso de fim de ano. A articulação inclui discutir novas regras de quórum para instaurar processos de impeachment contra ministros e avançar em propostas que tratam da indicação e do tempo de permanência dos integrantes do STF. Nesse ponto, além da atualização da lei, seria necessária uma emenda constitucional.

A liminar de Gilmar Mendes limitou ao procurador-geral da República a legitimidade para apresentar pedidos contra ministros e aumentou o número mínimo de apoios necessários para que um processo avance. Hoje, a abertura é possível com maioria simples dos presentes, desde que haja ao menos 41 senadores em plenário — cenário que permite iniciar o procedimento com apenas 21 votos. O STF defende quórum qualificado de dois terços, ou seja, 54 votos.

Entre as mudanças em discussão, uma PEC prevê alterar critérios de indicação ao Supremo e estabelecer mandato fixo para futuros ministros. Atualmente, os integrantes da Corte podem exercer a função até completarem 75 anos, quando se aposentam de forma compulsória.

O clima político no Senado também se intensificou. Um líder afirmou à CNN que o Legislativo está “colocando a cerca no lugar depois que o STF quis empurrá-la”. Outro senador reforçou que há disposição da Casa para “dar um recado ao Supremo” diante da decisão da semana.

A proposta de atualização da Lei de Impeachment, protocolada em 2023, está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sob relatoria de Weverton Rocha (PDT-MA) e deve ganhar ritmo com a nova crise institucional que mobiliza os dois Poderes.

Fonte: Brasil247

CAS aprova regulamentação definitiva da licença-paternidade com salário integral

Geraldo Magela/Agência Senado



A senadora Ana Paula Lobato relatou o projeto, que agora vai ao Plenário em regime de urgência

Com a ampliação do papel paterno na criação dos filhos e a transformação das famílias brasileiras, a licença-paternidade pode finalmente deixar de ser um direito limitado e insuficiente para apoiar o início da vida de crianças.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira (3) o Projeto de Lei (PL) 5.811/2025, de autoria da ex-senadora Patrícia Saboya, que aumenta de forma gradual o período de afastamento do trabalho para pais segurados da Previdência Social, com garantia de remuneração integral, estabilidade no emprego e novas regras para adoção e famílias em situação de vulnerabilidade. O texto já havia sido aprovado na Câmara com alterações, voltou para o Senado e agora segue para o Plenário da Casa, em regime de urgência.

A proposta atualiza e regulamenta um direito social previsto desde 1988, na Constituição, mas que permaneceu restrito por décadas ao prazo transitório de cinco dias.

O texto cria o salário-paternidade como benefício previdenciário e altera tanto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto leis da seguridade social para assegurar tratamento mais coerente com a proteção já garantida à maternidade.

A relatora da proposta foi a senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA), que apresentou voto favorável no colegiado.

— Esperava ansiosamente esse projeto chegar ao Senado porque, além de moderno e atual, é extremamente necessário. Tive depressão pós-parto e mastite na primeira gestação e sei o quanto a presença do meu marido foi fundamental. Ele foi

Brasília-DF, 08 de dezembro de 2025

muitas vezes foi pai e mãe junto comigo — afirmou a relatora.

Fonte: Agência Senado

Comissão aprova medidas para inclusão de mulheres acima de 50 anos no mercado de trabalho

Para virar lei, precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado

Pablo Valadares / Câmara dos Deputados



Flávia Morais é a relatora do projeto

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1566/25, que prevê medidas para inclusão e permanência de mulheres acima de 50 anos no mercado de trabalho.

O texto busca combater a discriminação contra essas trabalhadoras, qualificá-las profissionalmente e priorizar boas práticas na promoção de empregos. Os serviços nacionais de aprendizagem deverão ter programas específicos para elas.

A relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO), recomendou a aprovação do texto, o que foi seguido pela comissão. “Esta proposta é necessária para um mercado de trabalho mais justo e inclusivo, alinhado à nova realidade demográfica”, afirmou ela.

“Ainda persistem graves obstáculos, como etarismo, desigualdade salarial em relação aos homens e falta de oportunidades adequadas à experiência dessas profissionais”, disse a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), autora da proposta.

O texto aprovado altera as leis do Programa Emprega + Mulheres; do Sistema Nacional de Emprego (Sine); e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Próximos passos

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Para virar lei, precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Fonte: Agência Câmara

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

25 DE NOVEMBRO

DIA INTERNACIONAL
Da Não Violência
Contra Mulher

21 dias de Ativismo

Nenhuma forma de violência é amor.
Respeito é o mínimo.
Hoje, e sempre
dizemos **não à**
violência contra
mulher.

Ligue e denuncie
 180

SECRETARIA PARA ASSUNTOS DO TRABALHO DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO - CNTI 2025

#findaescala6x1já

TRABALHADOR MERECE
DESCANSO

A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
MANTÉM SUA DEFESA FIRME: É HORA DE DAR FIM À ESCALA 6X1

www.cnti.org.br